

## ASPECTOS METODOLÓGICOS DA CIÊNCIAS ECONÔMICA

### Ensaio de Interpretação Metodológica

Raymundo Costa e Souza

#### I — ASSIMILAÇÃO DO FATO ECONÔMICO

Dentre os fenômenos gerados pela incessante interação sociológica, cabe sem dúvida àqueles de natureza econômica, uma função primacial no desenvolvimento das relações humanas.

As iniciativas tendentes a suprir as necessidades básicas da vida associativa, manifestaram-se desde os tempos mais remotos da história da humanidade, embora sem a feição complexa que as mesmas hoje revestem; já na Idade da Pedra havia um vislumbre de senso econômico entre os seres da época, porquanto o aprovisionamento era de certo modo exercitado por grupos neolíticos, cujos indivíduos ou então as tribos constituídas, após atenderem ao seu consumo, trocavam entre si os excedentes disponíveis, desenvolvendo-se rudimentarmente alguns dos processos que mais tarde, com o aperfeiçoamento da sociedade, atingiriam a formas definidas e sistemáticas, compreensivas de todo o mecanismo econômico.

O fenômeno de caráter econômico, portanto, remonta a tempos bem recuados; nas estruturas societárias mais simples percebia-se e sentia-se o impacto dos imperativos de alimentação, habitação, indumentária etc., e malgrado as limitações do "environment" psossocial de então, era um fato assimilável aquela sucessão de circunstâncias alternativamente favoráveis e desfavoráveis, que determinavam facilidades ou dificuldades para as pristinas populações da terra,

no fervor de localizarem o que precisavam para preencher as carências existentes dentro dos seus clans. Conclue-se que as inexoráveis contingências do meio submetiam os nossos ancestrais à pressão natural das forças econômicas, cujas componentes ora atuavam em benefício dos grupos humanos, ora em seu detrimento.

Por conseguinte, lícito é assentar que nesse período muitíssimo afastado no passado, os agentes econômicas integravam o ambiente e impunham rigorosamente à humanidade que viveu há milênios, consequências específicas que moldavam o "problema econômico", porém evidentemente em proporção às condições ecológicas e sociais do tempo.

## II — APRECIACÃO DO PROBLEMA ECONÔMICO

Diante do exposto no capítulo anterior, acreditamos que o "problema econômico" seja tão antigo quanto o são as próprias relações humanas. A objetividade das características desse fenômeno não pode ser negligenciada, qualquer que seja a época tomada para situar a sua presença. E' problema inquestionavelmente inerente ao "socius", não obstante a maior ou menor intensidade do fenômeno segundo o grau de evolução cultural da vida grupal.

Todavia, se por um lado os povos extremamente atrasados de outrora estavam capacitados a assimilar dentro dos seus limites de percepção, aquêles evolver constante dos fatores que produziam o "fenômeno econômico" e criavam simultaneamente o "problema econômico", não haviam porém ainda desenvolvido suficientemente a inteligência e a sensibilidade ao ponto de poderem reconhecer e julgar o mesmo fenômeno. Não lhes era dado apreciar os elementos conjugados que condicionavam o problema, nem estavam aptos a propôr explicações ou interpretações da sua natureza, nem tão pouco cogitavam de estabelecer normas que pudessem orientar a solução de casos idênticos.

A observação e o julgamento das condições ambientais apareceriam numa segunda etapa sucedendo aquela fase de simples passividade intelectual. Fêz-se necessário o amadu-

recimento das faculdades intelectivas e sensitivas do homem, seguindo a mestra linha evolutiva que subordina o ser dotado de razão, sentimento e vontade, cujo estado não poderia ser alcançado senão lenta e pacientemente, pari-passu com a progressiva diferenciação das atividades humanas e com as subsequentes oportunidades que essas diferenciações criariam. Libertada uma grande parte das energias humanas tanto de simples atribuições materiais completamente mecânicas ou de preconceitos intelectuais exclusivistas que impediam o exercício de raciocínios vivazes e construtivos, manifestaram-se os primeiros atos para compreender o mundo exterior.

Através do labor persistente em busca de condições cada vez menos limitativas, que permitissem um pleno ajustamento das suas preferências às possibilidades físicas e sociais, o homem pôde aos poucos desdobrar a sua capacidade de perceber e discernir em torno dos fenômenos que o circundava, enquanto o seu espírito avançava gradativa e firmemente conduzindo conquistas ponderáveis nos campos intelectual e moral. Antes que lhe fôsse dado formular um juízo acêrca dos fatos da natureza, submetendo-os ao jugo do seu raciocínio analítico e crítico, fizera-se imprescindível que ocorresse uma mudança no estado espiritual dos povos. A inteligência e a sensibilidade teriam que se constituir atributos adstriços ao pensamento, antes que êste viesse a discorrer na posse da verdade intrínseca e pudesse proceder a um meticoloso exame sôbre aspectos extrínsecos muitas vezes duvidosos, afim de distinguir o "verdadeiro" do "falso", o "constante" do "transitório", propondo uma explicação da essência do fenômeno que se observa.

Não foi curta a trajetória percorrida pelo espírito humano para chegar a esta posição de predominância sôbre aquilo que podia ser contemplado. Tornou-se marcha prolongada e cheia de sacrifícios, devido aos inumeros óbices erguidos sob as limitações excessivas do pensamento que prevalecia anteriormente à civilização grega.

### III — EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Iung, citado por H. G. Wells em sua História Universal, atesta em obra fundamental aquêle estado de consciência não-

dirigida que predominara no período pré-ateniense, cuja consciência se amontoava de imagens e mitos muito semelhantes ao sonho. Ao florescer da Grécia antiga, entretanto, desfizera-se a tonalidade sombria de fantasias subjetivas e veio a ser compreendida a importância do pensamento ordenado, em oposição ao que antes acontecia. (1) No século X A. C., Aristóteles antecipou Bacon na formulação de um conhecimento apoiado em considerações objetivas, empreendendo a primeira descrição da natureza. Desprendem-se então das observações do estagirita os primórdios da ciência moderna, começando então o trabalho do pensamento orientado por um critério definido, do qual se derivavam conclusões cuidadosamente formuladas. (2)

Seguindo-se aos pensadores gregos, surgem na Idade Média os filósofos escolásticos, os quais em muitos aspectos prosseguem as especulações de caráter científico iniciadas por Aristóteles e seus discípulos, a despeito da preponderância teológica sobre os demais conhecimentos. Contudo, ainda no curso do longo período medieval, ouviu-se uma voz que clamou por uma outra sistematização da tarefa científica, por meio da experiência empregada aos casos concretos: Roger Bacon, franciscano inglês, urgia pela necessidade de trocar-se a simples consulta aos livros antigos de autores consagrados, sobretudo os de Aristóteles, por experiências e verificações que conduzissem a novas descobertas. Apesar do seu titânico esforço em prol da formação e adoção de um método diferente e original na pesquisa da verdade científica, as idéias de Roger Bacon produziram os primeiros efeitos somente muito mais tarde no século XV, encontrando depois ao fim do século XVI em Francis Bacon, o Lord Chancellor de Jaime I da Inglaterra, o seu mais entusiasta divulgador, a cuja obra "Nova Atlantida" se deve a fundação da Sociedade Real de Londres, transpondo esta instituição o marco dos trabalhos

---

(1) — Apud H. G. WELLS. *História Universal*. 1º tomo — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 411.

(2) — Obra citada, p. 408-409.

científicos isolados para penetrar na era das investigações em conjunto, através da livre comunicação das idéias e discussão aberta das questões de ciência. (3)

Vencidas assim as barreiras contra o método experimental e aplicadas as energias dos pesquisadores à utilização desse novo procedimento às circunstâncias da vida real tôda vez que possível, pôde a espécie humana ampliar grandemente a sua visão em tôrno do universo, crescendo a sua capacidade de interpretação dos fenômenos que a natureza apresentava. Incentivara-se a pesquisa científica, evoluírem os métodos, processos e técnicas de investigação, cada vez mais eficientes.

#### IV — DEDUÇÃO E INDUÇÃO

Portanto, tendo sido estabelecida há cinco séculos, uma inovação no instrumental destinado à investigação dos problemas perquiridos por várias ciências, cabe-nos agora cogitar das maneiras pelas quais o pesquisador conduz o estudo criterioso dos fenômenos econômicos, procurando ressaltar suas características fundamentais, afim de oferecer uma interpretação ajustada e coerente das relações que espontaneamente brotam na sociedade, em conexão ao problema das suas necessidades e do seu bem-estar.

De início, deparamos a momentosa questão de indagar se no âmbito da ciência econômica, o economista pode fazer prevalecer os recursos das inovações trazidas à pesquisa científica pelo método experimental, no mister de verificar e constatar as causas que provocam determinados efeitos na vida econômica.

O método experimental tem por fim provar uma hipótese sugerida pela observação ao passo que os métodos apriorísticos fornecem os meios de estabelecer uma hipóteses identificada a princípios admitidos como certos e indiscutíveis. E' óbvio que jamais se poderá dissociar os elementos de um fenômeno econômico e estudar a sua estrutura experimentalmente, mas também pode não parecer proficuo ao economista cin-

---

(3) — Obra citada, 2º tomo, p. 467-477.

gir-se aos antigos métodos apriori cuja validade se apoia em identidades genéricas presumivelmente aplicáveis e situações específicas.

Cumprê então àquele que estuda as mudanças das condições econômicas, com o intuito de melhor fundamentar as suas conclusões, escolher entre: a observação concreta dos aspectos do fenômeno apesar de impraticável a sua decomposição experimental, e a construção de alguma hipótese intimamente relacionada a um princípio conhecido.

Em essência, é uma questão de decidir se é mais seguro, quando se tenta descobrir as causas de um fato econômico, basear especulações no exame de uns poucos efeitos econômicos observados, ou partir de premissas gerais que se supõem circunscrever no seu âmbito certas particularidades da vida econômica. Consequentemente, os economistas incidem no problema metodológico da escolha entre a *indução* e a *dedução*, em demanda das possíveis soluções para os desajustes que afligem sobremaneira o bem-estar coletivo, decorrentes das maiores ou menores carências encontradas no seio das sociedades humanas.

O nosso objetivo a seguir será discutir os caracteres dos métodos dedutivo e indutivo, situando depois o lugar que julgamos deve ser outorgado a cada um, face à complexa problemática do mundo socio-econômico.

## V — PRIMÓRDIOS DA DEDUÇÃO

Uma das antigas especulação desprendidas da filosofia para projetar luz sobre fatos inerentes à sociedade, sobretudo os de natureza econômica, foi a corrente dos "fisiocratas" no século XVIII, realçando o emprêgo da "dedução" como instrumento reservado não pròpriamente a explicar mas sim a esclarecer, algumas variações na estrutura econômica que conturbaram sèriamente a vida das populações européias daquela época.

Após as convulsões motivadas pelos abusos do poder mercantilista, refletindo a aguda desvalorização monetária provocada pelo excessivo aumento do meio circulante, a escola dos

fisiocratas reagiu decisivamente contra o unilateral e esdrúxulo "sistema mercantilista". Doutrinou por sua vez o retorno ao estado de natureza, completamente livre de artificios, cuja condição conforme êles argumentavam, era a única maneira pela qual os homens poderiam viver sem conflitos. Ao tempo em que o ideal de liberdade animava o pensamento a desligar-se das ideologias exclusivistas nos campos filosófico, político e econômico, sob impulso e grande influência da Enciclopédia, foi que Francisco Quesnay, médico de Luiz XV, publicou em 1758 o seu "Quadro Econômico", onde ensinava que cumpria aos homens, ao invés de criarem leis restritivas, respeitarem as leis da própria natureza, as quais por si só regulavam e favoreciam mais do que qualquer dispositivo arbitrário, a produção, a distribuição e o consumo da riqueza, Surgiu assim a "fisiocracia", — govêrno da natureza —, subordinando os problemas econômicos a relações consideradas necessárias e oriundas da naturalidade das cousas. A expressão "laissez faire, laissez passer" servia de preceito às iniciativas daquele tempo, no sentido da evolução econômica das nações. (4).

Tal crença firme na existência de uma ordenação natural nas relações humanas, conduziu às primeiras tentativas de sistematização das idéias que ditariam a elaboração dos fundamentos da ciência econômica. Aquela tão aplaudida "ordem essencial e natural", que se pensava unir espontânea e harmoniosamente as partes ao todo, em qualquer setor da atividade social, faria ao espírito preferir princípios integrais e axiomáticos, tôda vez que inquirisse acêrca das relações de interdependência; um ligeiro desvio dos princípios naturais e inflexíveis que guiavam o pensamento na ordenação dos fatos e pesquisa das suas relações, parecia uma violação à nova concepção de encarar os fatos tal qual eram percebidos pelo observador, demonstrando rompimento da rigidez do "estado natural", cuja essência era inquestionavelmente contrária às arbitrariedades e artificialismos que vinham tolhendo as conquistas intelectuais, sociais, políticas e econômicas.

---

(4) — MAGALHÃES, BASILIO DE. *História do Comércio*. — Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1943 p. 171 e 172.

Urgia, portanto, firmar o raciocínio em premissas julgadas exatas e indiscutíveis, condicentes com a entronizada ordem natural, isto é, supor uma justaposição de circunstâncias antes de formular qualquer conclusão elucidativa conexa a um fenômeno econômico ou social, O resultado é que essa conclusão assume a forma de proposição definitiva e categórica, derivada necessariamente do princípio ou premissa subjacente, através de sucessivas identidades coordenadas num processo inteiramente lógico.

## VI — EFEITOS DA ABSTRAÇÃO EXCESSIVA

Utilizaram os fisiocratas a “dedução” buscando verdades particulares em função de verdades gerais, nas quais aquelas estavam implicitamente contidas, tendo essa orientação metodológica se introduzido entre os teóricos liberais da chamada “escola clássica” com Adam Smith, David Ricardo, J. B. Say e outros, que no século XIX chegaram pela dedução a estabelecer leis naturais na economia política, de caráter universal e permanente, tais como a lei do interesse pessoal, a lei da livre concorrência, a lei da oferta e da procura etc.

O emprêgo demasiado das abstrações pertinentes à dedução, criou posteriormente uma ciência econômica pura, erguida sob a curiosa e estranha hipótese do “homo economicus” — o ser impellido exclusivamente pelo interesse pessoal — segundo o pensamento dos neoclássicos ao fim do século passado.

A pregação de móveis individualistas corporificadas nos conhecidos postulados hedonistas, exacerbados pela escola neoclássica, gerou uma atmosfera desalentadora no seio da sociedade, obeiterando os sentimentos das “necessidades recíprocas” e alimentando os impulsos egoístas que visavam apenas à satisfação das “necessidades próprias”. Generalizou-se a anomalia em crescente onda de desagregação que não cessou de corroer o organismo econômico, tão desajustado e combalido nos dias que passam. A multiplicação dos dissídios provenientes dos constantes choques de interesses individuais, bem



refletia o antagonismo destruidor que a consciência hedonística acabava de impiantar. (5)

O egoísmo fôra na verdade estimulado em tôda a economia, desde a produção até o consumo das utilidades; o “preço” tornou-se fator de coação, deixando de cumprir a sua função natural e soberana de regular a oferta e a procura de mercadorias. Não fossem as consequências hedonísticas, o preço atenderia normalmente aos interesses mútuos de produtor e consumidor, e nunca concorreria para benefício de um em detrimento de outro.

Em grande parte originária de doutrinas agnosticistas, a premissa hedonística fêz emergir um estágio de economia anticolaboracionista, redundando em graves desajustamentos para as diferentes classes de uma mesma nação, assim como entre as diversas nações no plano internacional. Inexistia disciplina moralizante no meio dos grupos empenhados em alcançar melhores padrões de vida, desdenhando-se a influência considerável das atitudes condescendentes sobre a evolução econômica e social; sobreveio a estagnação do altruismo e conseqüentemente expandiu-se o egoísmo, nos contactos de indivíduo a indivíduo, de grupo a grupo, de nação a nação etc. (6)

Confinando o seu modo de pensar à filosofia racionalista do século XIX, as correntes do pensamento clássico na sua maioria emprestavam à vida econômica uma feição mecânica, para cuja interpretação se fundamentavam em princípios muito gerais, dos quais deduziam por via abstrata, certas proposições dirigidas à explicação de fatos objetivos. Os alicerces psicológicos e morais dos conjuntos sociológicos eram até certo ponto ignorados, quando se pretendia expor o “modus vivendi” econômico a par de conclusões supostamente rígidas.

Não teriam pecado os fisiocratas, clássicos e principalmente os neoclássicos, se tivessem situado o método apriorístico em razoáveis proporções, consoante o uso que fariam da dedução diante dos fatos concretos da vida associativa, pois

---

(5) — UBALDI, PIETRO. **A grande síntese**. São Paulo, Edição da Leke, 1950, p. 371 — 373.

(6) — UBALDI, PIETRO. *Obr. cit.* p. 373—376.

que, a sociedade apresenta características suficientemente modificáveis e porisso quase sempre insuscetíveis de serem interpretadas à luz de princípios abstratos. Se não honvessem transformado as bases do princípio da “máxima satisfação com mínimo de esforço” em diretriz de coerção econômica sob a égide do sombrio “homo economicus”; se, porém, tivessem divulgado aquêlo princípio como um salutar instrumento de progresso social através de comedidos esforços que cada membro da sociedade deveria executar afim de satisfazer a uma maior parcela, não só das suas necessidades mas também das de outrem, poupando todavia o mais que pudesse das suas energias afim de aproveitá-las em novo labor orientado no sentido de outras realizações em benefício geral, sempre criando substância econômica em função de intensiva cooperação, a posteridade poderia provávelmente testemunhar e viver uma fase bem diferente em que os imperativos éticos sustentariam ações e reações dos homens, atingindo-se o indispensável equilíbrio econômico paralelamente ao deseável bem-estar social.

## VII — LÓGICA DEDUTIVA E PROBLEMAS REAIS

Está fora do nosso objeto analisar nos limites do presente trabalho, os efeitos danosos que a humanidade vem sofrendo em razão do crescente egoísmo hedonista, o qual tem aglutinado os sistemas econômicos, produzindo alternativamente os ciclos de prosperidade e depressão, invertendo situações aparentemente estáveis, gerando atritos entre os detentores dos bens de produção e a classe trabalhadora, ou entre agricultores e industriais etc.

A finalidade do nosso estudo é apenas técnico-científica, onde esboçaremos a influência de um ou mais fatores na integração de um fenômeno econômico, conduzindo a investigação com a ajuda do raciocínio dedutivo. Qual o ponto de partida? De qual princípio poderemos extrair as conclusões?

Estudemos a questão da “elasticidade dos mercados em função dos custos de produção”.

Pode-se admitir a priori que os mercados se elastecem ou contraem, à medida que variam os custos de produção? E' possível o emprêgo da dedução, do raciocínio lógico, para veri-

ficar a interdependência que se presume haver entre as proporções de um mercado consumidor e os custos do produto lançado ao consumo?

De que modo conduziremos o nosso pensamento no intuito de situar uma verdade particular deduzida de princípios gerais?

Considerando válido, exato e indiscutível o postulado “máxima satisfação com mínimo esforço” em sua forma original, somos levamos a acreditar que tanto mais facilmente a sociedade consumirá uma utilidade, quanto menores fôrem as dificuldades para adquirí-la. Esta pode ser uma verdade particular apoiada no postulado citado, porque enquanto baixam os custos de produção, a sociedade diminue o esforço no sentido de conseguir os bens de consumo, preenchendo então uma percentagem mais elevada das suas necessidades, por motivo do maior poder aquisitivo que passa a dispôr.

Uma conclusão desta espécie independente da observação do fato, chegando-se a ela sem recorrer a uma investigação concreta. O que fizemos foi basear o raciocínio em identidades, mostrando em têrmos racionais a razoabilidade da nossa asserção particular em concordância ao princípio geral — usamos, portanto, a metodologia dedutiva, apriorística, no reconhecimento da interdependência que pode haver entre os custos de produção e a elasticidade dos mercados.

Ilustrando outra vez a aplicação do método dedutivo na ciência econômica, invocamos a dedatida questão da conversibilidade monetária, cujo problema de suma importância no comércio mundial, impõe máxima atenção e metuculoso estudo por parte de especialistas no assunto.

Suponhamos que um país A deseja libertar a sua moeda do estado de inconversibilidade para torná-la aceitável por países estrangeiros com os quais mantém intercâmbio comercial, pretendendo transformar a sua unidade monetária num “hard currency” de plena circulação em regime de trocas internacionais.

Admitindo-se que o país A produz escassamente mercadorias de exportação e carece de outros recursos que possam aumentar as suas reservas de moedas estrangeiras, em prejuizo da balança de pagamentos, suportando porisso a sua economia in-

terna a pressão de preços altos, poderão aí as autoridades monetárias melhorar o padrão cambial em direção à conversibilidade?

Equacionado o problema nestes termos e mantidas invariáveis as outras condições, o economista poderá enunciar uma solução apriori, à revelia da sua consistência no tratamento de questões práticas envolvendo finanças internacionais; êle responderá diante das características em foco, que os órgãos da política monetária falharão em soerguer a sua moeda nacional debilitada pela inflação, sacando esta conclusão do princípio genérico ,até certo ponto psicológico, de que a “predisposição para adquirir qualquer coisa está na razão inversa do seu preço”, cujo postulado regula o equilíbrio e a normalização do mercado sob o fluxo da livre concorrência.

No exemplo dado, sendo cara a produção no país A, os seus compradores estrangeiros localizarão outras fontes de suprimento que ofereçam os mesmos produtos porém mais baratos, o que fará declinar as exportações desse país para o exterior e concomitantemente diminuirão os saldos cambiais, sobrevindo a inevitável aviltação da sua moeda. Esta é uma verdade particular deduzida do postulado acima citado, que a contém implicitamente.

Conclue-se, portanto, que malograrão as medidas em prol da conversibilidade, porquanto inexiste a base econômica imprescindível tal realização monetária, cujo fundamento de caráter econômico está firmado naquele princípio genérico de “propensão à compra em função da acessibilidade dos preços”.

Esta via de orientar o raciocínio em busca da verdade científica, consistindo em estender características gerais a situações isoladas, constitue a “dedução”, chamada por alguns de “método abstrato”. Através desta metodologia, os pesquisadores procuram simplificar os fenômenos, reduzindo-os a poucos elementos que se pretendem fixar e abstraindo os demais que também o influenciam. Aquêles que o empregam, muitas vezes imaginam a natureza humana despida dos seus atributos essenciais, para deduzir relações imutáveis e idênticas frequentemente às relações matemáticas.

É método que não tem provado ser de ampla utilização no domínio das análises econômicas, resultando que as limitações intrínsecas da metodologia dedutiva deram lugar ao aparecimento de uma nova instrumentação visando a descobrir e interpretar as leis do mundo econômico, seguindo um critério diferente da via dedutiva. Foi assim que a ciência econômica acolheu em seu âmbito metodológico a conhecida “indução”, antevendo-se por meio dela abrir novos horizontes para a elucidação da fenomenologia conexas aos problemas das necessidades básicas de uma sociedade.

### VIII — A NATUREZA DO MÉTODO INDUTIVO

Os primeiros passos da “indução” estão associados à reação levantada contra os excessos da direção dedutiva nas investigações científicas. Postulados muitas vezes incertos ou incoerentes, que não preenchiam os requisitos indispensáveis à interpretação de problemas sociológicos, impuseram aos pesquisadores uma nova modalidade de investigação das questões encontradas no mundo real.

Nos moldes da aceção clássica, a “indução” é o método pelo qual se parte de uma verdade particular para situar uma verdade geral — o espírito passa do efeito que observa à causa que possivelmente o produz. No curso da indução, e sabido que se percorre três etapas: “observação”, reparando atentamente os fenômenos; “comparação”, percebendo as relações constantes de coexistência ou sucessão; e “generalização”, estendendo essas relações a todos os fenômenos da mesma espécie.

É verdade que o método indutivo antes de ser sugerido o seu emprêgo às pesquisas dos fenômenos econômicos, havia sido introduzido há muito tempo nas ciências físicas e naturais com excelentes resultados, quando Galileu, Bacon e Descartes substituíam os anteriores métodos apriorísticos pelo procedimento experimental, trazendo inovações radicais aos meios de investigação das ciências exatas. (7)

---

(7) — CRUZ, ESTEVÃO. **Compêndio de Filosofia**. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1940, p. 382.

A experimentação, tendo por finalidade a verificação de uma hipótese sugerida pela observação, acelerou o desenvolvimento da física, química e biologia, após entrar em fase de intensa aplicação, visto que através dela, o físico ou o químico pode isolar algumas das prováveis causas do fenômeno observado e avaliar a proporção do efeito ocasionado por uma única causa. Acompanha-se o comportamento de fenômenos dessa natureza dentro das desejáveis condições, tornando-se a execução da experiência um proveitoso processo indutivo que permite ao observador interferir nos próprios fenômenos e reproduzi-los em circunstâncias favoráveis de serem estudados, advindo daí uma "observação" mais rigorosa, que por sua vez faculta "comparações" acuradas e "generalizações" menos sujeitas a erros acidentais.

No caso especial da pesquisa econômica, ao inquirir-se acerca das possíveis causas de um fenômeno relativo aos bens de produção e consumo, à moeda, ao crédito, ao comércio internacional, à renda nacional etc., não é de modo algum praticável reduzi-lo experimentalmente, dissociando os vários fatores que o compõe. A apreciação da influência exclusiva de um ou poucos fatores na formação do fenômeno econômico, é absolutamente inoperante por intermédio dos recursos humanos, ao contrário do que ocorre na física ou química, onde os elementos constitutivos dos respectivos fenômenos são comumente computados em todos os detalhes graças aos meios experimentais.

No campo da ciência física, por exemplo, o estudioso está habilitado a manipular ao seu arbitrio a pressão contra uma massa gasosa, no sentido de estimar a variação produzida no volume da mesma, para demonstrar positivamente a lei rígida, inflexível, que existe entre as pressões e os volumes de um gás. Porém na seara econômica o técnico não tem poderes de subordinar à vontade o ritmo do comércio exterior de um país com o propósito de registrar os efeitos dessa iniciativa sobre o nível da renda nacional, não lhe sendo permitido estabelecer uma lei de dependência entre os dois fatores ou variáveis do problema senão tendencial ou aproximativa.

Se não podemos no domínio da pesquisa econômica caminhar tão seguros quanto aqueles que perlustram outras ciências, por serem as ações e reações do conjunto humano insuscetíveis de tratamento experimental, não há razões entretanto para desanimarmos na tarefa de denunciar os principais agentes causais de um fenômeno econômico.

## IX — INDUÇÃO ECONÔMICA NA HISTÓRIA

Cumpre-nos agora examinar como funciona este método prenhe de originalidades e vantagens, quando aplicado por economistas na determinação das relações que se verificam nos setores da produção, distribuição e consumo dos bens.

A primeira manifestação do emprêgo da "indução" na pesquisa econômica data da fundação da Escola Histórica na Alemanha, próxima ao meado do século passado, adotando-a também quase na mesma época Frederico Le Play na França, ao estudar as condições sociais dos operários europeus. (8)

Estas correntes do pensamento econômico, retrocediam aos fatos pretéritos registrados na documentação histórica e associando êsses fatos entre si em observância a um critério objetivo, generalizavam as conclusões consideradas consentâneas com a evolução cultural dos povos. Era uma indução tipicamente qualitativa, em que as conclusões eram forjadas em paciente observação e cuidadosa comparação do que acontecera no passado, com a finalidade de interpretar os fatos do presente e tentar prever acontecimentos semelhantes que sob condições idênticas pudessem ocorrer no futuro.

Os historicistas, como eram denominados os prosélitos da escola histórica, impugnavam o pensamento clássico, imputando-lhe críticas no que tangia ao "universalismo das suas concepções", à sua "psicologia rudimentar baseada no egoísmo" e o "abuso do método dedutivo".

As leis econômicas dentro da interpretação da escola histórica, não se verificavam rigorosamente em qualquer época ou

---

(8) — GIDE, CARLOS. *Compêndio d'Economia Política*. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1942, p. 382.

tempo, nem a política econômica inspirada nelas, poderia ser aplicada de forma geral e universal ;ao “universalismo” dos clássicos os historicistas antepunham o concetio de “relativismo” na teoria e na prática da economia.

Repudiava-se a psicologia hedonista do interêsse pessoal, que a corrente histórica julgava inapta a suprir uma explicação coerente acêrca do fenômeno econômico, reconhecendo por outro lado que o ser humano é influenciado por motivações outras que não exclusivamente o interêsse individual.

Em oposição ao emprêgo demasiado do método dedutivo, os historicistas sustentavam as vantagens do estudo indutivo fundamentado na observação dos fatos, sem nenhum vínculo com o raciocínio apriorístico característico da dedução. Como a escola histórica argumentava que os homens estavam sujeitos a impulsos diversos ,os seus adeptos declinavam métodos que estivessem subordinados a premissas rígidas preestabelecidas, enquanto aceitavam e recomendavam uma metodologia suscetível de abranger os variados aspectos do fenômeno. (9)

Conquanto consideremos hoje o sistema da Escola Histórica incompleto devido à evolução da metodologia econômica, era há uma centúria atrás a coluna mestra do raciocínio indutivo no campo da economia política. Admitindo a relatividade da estrutura econômica dos povos, os fenômenos econômicos eram estudos à semelhança de fatos históricos; a observação acurada das sucessivas fases que atravessavam as instituições econômicas no curso dos tempos, o registro dos fatos que se repetiam, a comparação de omorrências aparentemente concomitantes e a generalização de conclusões que tivessem sido fundamentadas na evolução histórica, facultavam aos pesquisadores um método bem satisfatório para indagação dos possíveis agentes causais de fenômenos econômicos.

---

(9) — GIDE, CHARLES e RIST, CHARLES. **Historia de las doctrinas económicas**. Buenos Aires, Editora De PALMA, 1949, p. 542—552.



## X — ASPECTO QUANTITATIVO DA INDUÇÃO E O FENÔMENO ECONÔMICO

Haverá algum meio de suprir os obstáculos que enfrentamos, quanto à impraticabilidade de usar a instrumentação experimental em nossas pesquisas de caráter econômico? Será que o procedimento indutivo moderno é provido de meios aperfeiçoados, diferentes dos recursos de outrora, tendentes a esclarecer aspectos da problemática econômica?

Um dos instrumentos de investigação que veio ampliar os processos que os economistas contam para estudar indutivamente os seus problemas específicos, é a moderna teoria estatística, a qual nos proporciona evidenciar numericamente as relações que presumivelmente existem entre os fatores do “economic environment”, possibilitando inúmeras vezes determinar o grau e o sentido da variação entre os fatores correlatos. Este novel aspecto da metodologia econômica empresta às conclusões do pesquisador, um caráter de precisão ou estabilidade, visto que são traduzidas em resultados numéricos provenientes de cálculos criteriosos.

Desde que os fenômenos econômicos se caracterizam pela complexidade resultante da extrema sutileza da combinação dos seus agentes causais, oferecem um fértil terreno de aplicação dos processos e técnicas dessa preciosa metodologia, formada essencialmente sobre princípios de mensuração e observações quantitativas em massa.

Enquanto os partidários da corrente histórica prestavam o seu concurso compulsando ocorrências de fundo econômico no decorrer dos tempos, comparando-as meticulosamente para generalizar conclusões diante do que constataavam através da sucessão histórica, revelando dessa maneira apenas o aspecto qualitativo do fenômeno, aqueles que hoje adotam o método estatístico nas suas pesquisas, objetivam sobretudo apreciar o aspecto quantitativo do fenômeno, mensurando adequadamente algumas das suas componentes no curso da observação, de modo a oferecerem maior precisão à comparação que efetuam e maior segurança às generalizações que apresentam.

Vemos então que, a indução anteriormente realizada através da simples observação “qualitativa”, é substituída por uma nova indução cujas conclusões são levantadas em base “quantitativa”.

Chegamos assim a uma fase inédita da pesquisa econômica, onde a instrumentação estatística presta inestimável colaboração no concernente à indagação dos agentes causais do fenômeno.

A importância e utilidade da estatística aplicada à análise dos fatos econômicos, é posta em relêvo desde que imaginemos a amplitude daquela; tratar “estatisticamente” um fenômeno significa usar processos e técnicas especiais, afim de descrever e interpretar alguns dos seus aspectos com a maior precisão possível, contanto que as modalidades do fenômeno possam ser expressas em elementos numéricos sob a forma de dados acumulados.

Não resta dúvida que conduzir uma pesquisa econômica no propósito de obter resultados que discrepem o mínimo da realidade, reforça a confiança que depositamos nas conclusões explicativas dos acontecimentos da vida econômica.

A introdução do elemento numérico no procedimento da indução clássica, por intermédio do método estatístico, veio permitir aos pesquisadores uma observação bastante minuciosa dos fatos, comparações mais consistentes e generalizações menos incertas dentro da amplitude com limites precalculados.

## XI — UNIDADE INDUTIVO-ESTATÍSTICA

Esta união da investigação qualitativa ao procedimento quantitativo, no âmbito da indução, assentou a base da qual se têm extraído conclusões objetivas, em harmonia com a natureza excessivamente variável dos problemas econômicos, cujas componentes passaram a ser expressas por “grandezas” e submetidas a processos específicos de mensuração. Surgiram dêsse modo na taxinomia econômica as grandezas “preço”, “volume de produção”, “renda”, “taxas de juros”, “nível de salários” e muitas outras, por fôrça da nova orientação metodológica que tornou possível a redução dos aspectos de um fato

na órbita econômica a dados simplesmente numéricos. Estes dados tomados em grande número, representando casos idênticos acumulados durante a observação corrente e traduzindo a dinâmica do próprio fenômeno, constituem a fonte da estatística econômica, que se propõe a apresentar resultados significativos ao final da pesquisa, refletindo tanto quanto possível as características da ininterrupta variabilidade dos fatores econômicos.

Aliás, o estudo conjugado da teoria econômica com os conceitos matemáticos e estatísticos, compreende o móvel da Econometria, a qual nestes últimos vinte anos vem estendendo a sua contribuição científica e técnica em proveito das investigações econômicas, conforme atestam expressivamente os trabalhos substanciais de Ragnar Frisch, J. Tinbergen, Joseph Schumpeter e outros.

Não fica despercebida ao pesquisador que busca a verdade científica por meio da indução, a analogia entre este método genérico e a metodologia especial da estatística. O economista que pretende indagar sobre as relações da renda nacional para os investimentos básicos, valer-se-á da indução a partir dos efeitos observados, mas é certo que terminada a sua pesquisa, ele terá direta ou indiretamente “reunido”, “apresentado” e “interpretado” elementos qualitativos e quantitativos.

W. A. Shewart, aponta com clareza a marcha semelhante dos dois métodos, o “indutivo” e o “estatístico”, afirmando que reunir, apresentar e interpretar dados é tarefa comum ao método científico, à lógica e à estatística — “Since the existence of such entities must be induced from observed data, scientists are interested in *gathering, presenting, and interpreting data*, both quantitative and qualitative. This problem is common to the fields of scientific method, logic and statistical method. To this extent the three fields are closely related” — (10). (É' nosso o grifo acima). Em seguida, ele mesmo acentua a identidade de propósitos quando se fazem

---

(10) — SHEWART, W. A. **Annual Survey of Statistical Technique: Developments in Sampling Theory.** *Econometrica*, vol. 1, n. 3, julho 1933, p. 226.

pesquisas, por um lado pela indução e por outro pela própria estatística, por que os modernos apologistas da indução, como Keynes, Nicod, Remsey, Whitehead, dentre muitos outros, estão concordes no sentido de que por maior número de dados que juntemos, analisemos e interpretemos, não podemos jamais dizer senão que isto ou aquilo é “provavelmente” um fato, que esta ou aquela relação “provavelmente” existe, ou que esta ou essa é a “provável” causa de certo acontecimento.

Visto que a indução propriamente dita, largamente empregada na ciência econômica, não fornece resultados exatos, e sim prováveis, segue-se que o fim da pesquisa é formular uma conclusão sob certo grau de probabilidade acerca de um fato, relação ou causa. Este caráter probabilístico das conclusões sacadas com fundamento no raciocínio indutivo, é análogo à natureza dos resultados oriundos da inferência estatística, quando nesta operação o observador generaliza os valores de uma “amostra” escolhida ao acaso, aos valores da mesma espécie num “universo” idêntico.

No organismo econômico, as ocorrências se manifestam com maior ou menor intensidade, repetem-se com maior ou menor periodicidade, mudam a cada instante, deixando o observador entrever ante a variação incessante dos efeitos, o complexo entrosamento dos fatores que condicionam o fenômeno. E compreende o economista então que deverá se conformar com a descoberta de leis ou relações flexíveis, apenas “prováveis”, propondo explicações elásticas e aproximativas aos problemas da sua ciência.

## XII — OS ESQUEMAS DA TEORIA PROBABILÍSTICA

Não discutiremos aqui os pressupostos que em muitas ocasiões os estatistas estabelecem, substituindo por curvas ideais de probabilidades as distribuições de valores reais das diferentes grandezas analisadas, nem examinaremos as controvérsias giradas em torno dessas rígidas premissas matemático-probabilísticas quando se procura aplicá-las à elucidação das ca-

racterísticas essencialmente modificáveis das grandezas econômicas.

E' oportuno citarmos o pensamento de Corrado Gini, celebrado estatista italiano, que escrevendo acêrca daquelas curvas de frequência chamadas "binomias", "normais" ou "curvas de probabilidades", declara: — "as curvas binomiais se prestam muito bem para representar a distribuição de caracteres físicos e biológicos; todavia, para a representação de diversos fenômenos econômicos são mais adequadas as curvas do tipo hiperbólico, sendo dêste tipo a curva das rendas, e da mesma categoria é a curva dos alugueis, menos convexa em direção ao eixo das abcissas, e também a curva dos patrimônios, mais convexa do que a curva das rendas". (11)

Várias opiniões de outros tratadistas corroboram a asserção de Gini, desaconselhando a manipulação de dados econômicos pela teoria matemática da probabilidade, ou alternativamente através da "inferência estatística" que por sua vez repousa naquela.

Não obstante, Trygve Haavelmo, grande cultor da estatística e da econometria na Noruega, pensa de modo contrário, recomendando o emprêgo da inferência estatística na metodologia econômica, sobre o que apresentou interessante tese, em cujo prefácio se destaca o seguinte parágrafo digno de nota, que após traduzido transcrevemos como segue: — "de fato, se considerarmos a pesquisa econômica em sua realidade — mesmo aquela executada por pessoas que contestam o uso dos esquemas probabilísticos — verificamos que ela se fundamenta definitivamente em alguma noção talvez muito vaga de probabilidades e variáveis ao acaso. Porque tôda vez que aplicamos uma teoria aos fatos, nós não achamos e nem esperamos achar uma concordância exata. Certas discrepâncias são classificadas como *admissíveis*, outras como *praticamente impossíveis* nas condições da teoria. E o princípio de tal classificação é por si um esquema teórico, no qual as vagas expres-

---

(11) — GINI, CORRADO. *Curso de Estadística*. Madrid, Editorial Labor S/A., 1953, p. 178.

sões *praticamente impossível* e *quase certo* são substituídas por a *probabilidade é próxima a zero* ou a *probabilidade é próxima a 1*". (12)

Apesar da divergência que se criou quanto à extensão da validade dos esquemas teóricos probabilísticos diante da realidade econômica, é verdade que aumentam sempre as vantagens resultantes da aplicação da teoria estatística à elucidação da tendência e ritmo de muitas grandezas econômicas.

### XIII — PRÁTICA DA MENSURAÇÃO NA ECONOMIA

Fora dos debates em torno da aplicabilidade dos esquemas teóricos probabilísticos aos fatos concretos, Morris A. Copeland salienta o valor do método estatístico em face dos problemas econômicos numa recente monografia. Comentando o assunto, êle diz que: — “desde a Primeira Guerra Mundial tem havido um interesse muito vasto sobre a quantidade de medidas econômicas que os profissionais economistas têm à sua disposição. Tem-se desenvolvido igualmente em grande escala o método estatístico, mas a principal influência da estatística na economia deriva quase inteiramente da mensuração; o sensível aperfeiçoamento do método estatístico-matemático tem determinado consequências apenas de pequenas proporções sobre a recente evolução do pensamento econômico”. No decorrer do mesmo trabalho, está assinalado que: — “as medidas utilizadas na estatística econômica são por sua natureza comparativas. Existe uma modalidade de comparação há muito tempo reconhecida de importância especial — as comparações cronológicas —, sob a forma de séries econômicas temporais, tais como, as séries da nossa produção de trigo anual, que constituem uma classe particularmente útil de mensuração no campo econômico. E dentro desta classe existe uma subclasse de muito mais utilidade que as outras — são as séries econômicas elaboradas trimestralmente ou em

---

(12) — HAAVELMO, TRYGVE, **The probability approach in econometrics**, Suplemento de *Econometrica*, vol. 12, Julho 1944, prefácio.

base ainda menos frequente. Esta espécie de mensuração é essencial à análise da situação comercial corrente". (13)

As ponderações de Copeland encontram reflexos incontestáveis nos resultados das investigações económicas, iniciadas pelo Harvard Bureau of Economic Research — Centro de Pesquisas Económicas da Harvard — e depois processadas pelo Harvard University Department of Economics — Departamento de Economia da Universidade de Harvard, —, consistindo em úteis e significativas mensurações por meio de séries temporais.

Examinando os pormenores de uma das pesquisas realizadas pela mencionada secção de estudos económicas da Universidade de Harvard, poderemos identificá-la tanto com a indução, na qualidade de método geral de investigação científica, onde o raciocínio vai da observação particular à verdade global, como ao procedimento estatístico na sua função de coligir, apresentar e interpretar dados numerosos. E' uma circunstância sintonizando com a afirmação de W. A. Shewart, (14) que ressaltou a semelhança acentuada entre os propositos dos que conduzem a pesquisa pela indução e os dos que o fazem através do método estatístico.

Ao fim da década de 1920, muitas investigações foram executadas pela Harvard, pertinentes às interrelações de séries económicas nos Estados Unidos da América do Norte no período anterior à Primeira Guerra Mundial, tendo o estudo dos ciclos das diferentes séries revelado três grupos mais ou menos distintos, que podiam bem caracterizá-las. Construíram-se igualmente curvas representativas dêsses três grupos, desde 1903 a 1914.

O primeiro grupo, referente ao "movimento especulativo", comporta dentre outras, as séries dos rendimentos de títulos ferroviários, dos preços de ações industriais e dos preços de ações ferroviárias. O segundo grupo, chamado "grupo comer-

---

(13) — COPELAND, MORRIS, A. *Statistics and Objective Economics*.  
Journal of the American Statistical Association, vol. 50, n.  
271, Set. 1955 p. 640 e 641.

(14) — SHEWART, W. A. — *Orb. cit.*

cial", é composto de séries tais como a da produção do ferro gusa, a dos índices de preços em grosso de Bradstreet e Bureau of Labor Statistics — Departamento de Estatística do Trabalho. O terceiro grupo, "monetário", compreende séries de outros tipos, ou sejam, taxas sôbre títulos vencíveis a 4 ou 6 meses, empréstimos bancários etc.

Selecionadas estas três categorias de séries de acôrdo com suas características fundamentais, os economistas da Harvard puderam esboçar a tendência da conjuntura econômica norte-americana, assinalando as relações que os três grupos apresentavam através dos tempos, e por conseguinte assentando uma base para previsões de acontecimentos da mesma natureza no futuro. Êles concluíram que: a) as grandes flutuações do movimento especulativo antecipavam as oscilações da atividade comercial em 4 e 10 meses, e b) as sensíveis flutuações comerciais, por seu turno, precediam as do movimento bancário em 2 a 8 meses. (15)

São resultados evidentemente formulados em sua essência sob o método indutivo, porquanto após a observação dos efeitos, nesse caso as flutuações no curso de determinado período, generalizou-se a idéia que os economistas julgaram conducente para elucidar o fenomeno em seu aspecto cíclico. E mais, a pesquisa não ficou restrita à feição qualitativa do fato, porém deu-se-lhe uma interpretação quantitativa, suplementada por construções gráficas, dando-se maior precisão às ilações originárias das observações, graças aos recursos da teoria e técnica estatística.

#### XIV — OS RECURSOS DA ESTATÍSTICA E A ANÁLISE ECONÔMICA

Não resta dúvida que na estrutura indutiva, a apreciação estatística dos fatores econômicos, ergue uma nova inter-

---

(15) — RIGGLEMAN, JOHN, R. e FRISBEE, IRA N. **Business Statistics**. New York, Mo Graw-Hill Book Company Inc., 1951, p. 377 e 378.



pretação quantitativa das condições que envolvem a sociedade em função dos seus problemas concernentes à satisfação das necessidades básicas.

Essa circunstância que facilita operar em alicerces numéricos por via estatística, foi posta em destaque num recente estudo empreendido pela Comissão Econômica para a Europa — Economic Commission for Europe — (ECE), organismo especializado das Nações Unidas, intitulado “Short-term business indicators in Western Europe”.

Além de terem sido abordados nesse trabalhos os problemas peculiares à mensuração das variações sazonais, a precisão dos resultados obtidos nos cálculos estatísticos e a viabilidade de transformar modalidades qualitativas em entes quantitativos, os técnicos chamam a atenção para algumas das limitações no conjunto de dados estatísticos atualmente disponíveis àqueles desejosos de auscultarem as prováveis variações que podem ocorrer na situação econômica em futuro imediato. As elaborações estatísticas servindo a fins de previsão, descritas no citado estudo da ECE, são denominadas “forwarding-looking statistics”. (16). Outros capítulos do referido trabalho discorrem sobre estatísticas de estoques, encomendas recebidas por fabricantes, atividades de construções etc.

São óbvias as razões que inspiram a iniciativa da Comissão Econômica para a Europa incentivando necessariamente o uso do método estatístico nas análises quantitativas dos fenômenos econômicos. Esse órgão compreendeu as vantagens das observações quantitativas dos fatos econômicos, ao invés das meras apreciações qualitativas, apelando por isso para os recursos da estatística a fim de atingir a tal “desideratum”.

O critério de emprestar feição quantitativa à discussão de problemas econômicos, não é absolutamente descuidado por instituições que visam a estabelecer opiniões claras e objetivas acerca do que investigam. Invoquemos em apôio desta afirma

---

(16) — ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *ECE Secretariat Reports on business indicators*. Press Release ECE/CEN/302 de 30 de novembro de 1955.

ção, as minuciosas e exaustivas análises levadas a efeito pelas Comissões Econômicas — Economic Commissions — que a Organização das Nações Unidas mantém em três diferentes regiões: — Comissão Econômica para a Europa (ECE), Comissão Econômica para a América Latina (ECLA ou CEPAL) e Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente (ECAFE), no sentido de proporcionar uma cobertura completa da situação econômica dos países situados dentro de cada uma das áreas geográficas.

O conteúdo dos relatórios publicados periodicamente por esses órgãos regionais, transcrevendo as pesquisas efetuadas por equipes especializadas, evidencia os altos objetivos das observações econômicas quantitativas à base de estatísticas. Os resultados reportados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no seu "economic survey" para o período 1945-52, incluem uma análise relacionando a "capacidade de pagamento externos" e os "investimentos" nos países latino-americanos.

Economistas e estatísticos da CEPAL verificaram a influência que as flutuações na "capacidade de pagamentos externos" exercem sobre a "ritmo dos investimentos", tomando as cifras de ambos os fatores como percentagens do "produto bruto" — gross product —. Descobriram que a sensível tendência ascendente na taxa de investimentos, subindo de 11,9% em 1945 para 17,7% em 1948, fôra precedida por um aumento na taxa da capacidade de pagamentos externos que variou de 16,6% em 1945 para 20,7% em 1947. No ano de 1948 caiu ligeiramente a taxa da capacidade de pagamentos. Todavia, o efeito desse decréscimo sobre a taxa de investimentos, veio a ser retardado um pouco, de tal forma que a última não diminuiu antes de 1949, alcançando um mínimo em 1950, um ano após ter enfraquecido a taxa da capacidade de pagamentos externos. A demora foi considerada natural pelos técnicos, porque segundo explicaram, as oscilações do "produto bruto" em função de fatores exógenos, leva

algum tempo antes de afetar os planos de investimentos internos. (17)

## XV — A ESCOLHA DO MÉTODO APROPRIADO

Tendo delineado as diretrizes metodológicas da dedução e indução aplicáveis ao conhecimento econômico, chegamos à etapa da exposição em que percebemos como o economista sente a magnitude do problema, flexível em toda a sua estrutura, cujo domínio foge a qualquer fórmula rígida ou norma categórica que se presumam suficientes para explicar a evolução fenomênica.

A sutileza extraordinária que une os fatores do fenômeno, tem desafiado a erudição dos pesquisadores que examinam cientificamente a sua formação, assim como a perícia dos técnicos que têm uma finalidade prática ao observar um dos seus aspectos. É peculiaridade contingente, inúmeras ocasiões agindo fortemente contra a inteligência e a experiência dos investigadores, e exigindo deles uma pronta reação que possa tanto quanto possível evidenciar os caracteres do problema.

Não obstante a complexidade da situação que defronta, o pesquisador não se deixa vencer pela idiosincrasia dos fenômenos socio-econômicos; ao contrário, localiza os seus pontos vulneráveis e aí assesta as suas baterias metodológicas a fim de desfazer as barreiras que guarnecem os antecedentes do fato, ou conforme o caso, prever na medida do possível as suas prováveis consequências.

A tamanha flutuação da fenomênica econômica é uma forma das constantes mudanças que o organismo sociológico experimenta, no incessante evoluir das suas partes heterogêneas. Em virtude dessas variações, que a cada instante governam a vida associativa, é que o espírito imagina meios propensos a criar um justo equilíbrio entre as ações e reações no plano grupal.

---

(17) — ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA. **Economic Survey of Latin America 1951-1952.** United Nations, Department of Economic Affairs, New York, 1954, p. 18.

Quando se trata especialmente de interações geradas por circunstâncias econômicas, onde a função do economista é destacada no concernente à indicação de atenuantes para os desajustes motivados pelo excesso de carências, surge a majestosa questão de escolher um método que possa acudir melhor às finalidades da sua tarefa científica.

Em nosso modesto entender, a seleção do método adequado subordinar-se-á ao critério de pesquisar cada caso real separadamente, registrando as componentes do fato específico e ditando uma orientação objetiva tendente a neutralizar na prática os desajustamentos da estrutura econômica que no momento se observa. Consideramos bem acertado o sistema empregado em escala apreciável pelas escolas, instituições, órgãos governamentais dos Estados Unidos da América do Norte especializados em pesquisas sociológicas e econômicas, tomando a denominação de "case studies", em que se trata isoladamente cada problema real e se propõe medidas particulares consentâneas com a espécie do caso em si mesmo, afastando a aplicação de teorias gerais, das quais muitas vezes divergem as características essenciais dos fatos específicos.

## XVI — A SIGNIFICAÇÃO DOS "CASE STUDIES"

Para ilustrar o grande alcance desta metodologia, lembremos os estudos elaborados pela Economic Cooperation Administration — ECA — Administração de Cooperação Econômica, em diversos países europeus após a Segunda Guerra Mundial, que precederam a execução do programa de recuperação econômica da Europa, atendendo às finalidades do plano Marshall, instituído pelo governo norte-americano no propósito de restaurar a economia européia de após-guerra.

Pesquisas cuidadosamente realizadas na forma de típicos "case studies" constituíam as fundações das gigantescas operações financeiras do Plano Marshall. Derivavam-se resultados em função das necessidades próprias dos grupos populacionais envolvidos no âmbito da observação: a) o estado agravante de subnutrição, b) a improdutividade da agricultura, c) a desarticulação dos transportes, d) a aguda escassez de habitação, e)

a destruição dos bens de produção, e muitas outras anomalias requerendo solução inadiável, mereceram e receberam máxima consideração através dos "case studies".

Seguindo essa sistemática, os economistas da ECA situaram os múltiplos desequilíbrios nos vários setores da economia européia e apontaram os caminhos que poderiam normalizar a situação. O efeito real das vastas e eficientes pesquisas por parte da ECA, pode ser demonstrado pelo fato eloquente que em 1948 e 1949, naqueles dois primeiros anos de labor construtivo, os países compreendidos no programa de auxílio do Plano Marshall lograram um pronunciado progresso quanto ao reequipamento das suas fazendas e fabricas, e mais significante é que puderam exibir uma produtividade acima dos níveis de antes da guerra. Ao aumento da produção agrícola e industrial sucedeu um melhor padrão de vida para uma grande parte da população européia, que possibilitou a reabilitação das exportações de muitos países daquele continente. O intensivo combate à inflação contribuiu para estabilizar o padrão de vida em diversas áreas ao mesmo nível de 1938. (18)

A história do Plano Marshall comporta um acervo de problemas especiais resolvidos mediante investigação de cada caso separadamente, examinando-se tôdas as suas modalidades, sem submetê-lo a um esquema teorico muitas vezes pouco identificável a alguns aspectos significativos da questão focalizada.

Relativamente aos métodos que giram em tórno dos "case studies" na ciência econômica, convertendo cada observação em meio e fim da própria pesquisa, é oportuno citar o pensamento do dr. A. K. Cairncross, professor de Economia Aplicada, diretor do Departamento de Investigações Sociais e Econômicas da Universidade de Glasgow, atribuindo à pesquisa sôbre "desenvolvimento econômico" um fim eminentemente prático e orientando sua metodologia nessa mesma interpretação.

Em discurso proferido no dia 9-1-1956 durante a instalação do Instituto de Desenvolvimento Econômico, organizado pelo

---

(18) — TODO, LEWIS PAUL. **The Marshall plan**. Economic Cooperation Administration — ECA — 9ª impressão, Washington D. C. p. 10 - 14 e 25.

Banco Mundial, o professor Cairncross discorreu sobre os planos de estudo e pesquisas dessa instituição, advertindo que o principal esforço desse Instituto se faria no sentido de tornar os problemas econômicos mais inteligíveis e de exsudar a variedade de sistemas antes empregados na solução de tais problemas, para distinguir claramente quais desses sistemas tiveram êxito; deixou patenteado que a tarefa do Instituto é altamente pragmática, tendo a teoria que ocupar nos seminários uma posição subalterna a do propósito prático e construtivo de realizar algo. Na sua oração, êle salientou que: "Não há efetivamente uma teoria universalmente reconhecida de desenvolvimento econômico, nem uma doutrina consagrada, nem uma série de proposições fundamentais que possam simplificar a nossa marcha. Nem sequer há acôrdo quanto às variáveis que devem ser estudadas preferencialmente, nem acêrca dos têrmos que podem servir satisfatoriamente ao esboço de uma teoria. Precisamente devido à ausência de teoria, precisamente porque se tem constatado que o desenvolvimento econômico é praticamente "território não-ocupado", os economistas de tôdas as matizes se precipitaram em massa para êsse território semelhantemente aos caçadores de ouro em direção à Califórnia de um século atrás". (19)

Claro é que o professor Caincross imprime às suas pesquisas no Instituto de Desenvolvimento Econômico um carater que no fundo não discrepa dos "case studies", sentindo que não são as conclusões generalizadas nem as fórmulas universais que podem mostrar a solução de um problema de desenvolvimento econômico. Porisso, êle examina até onde possível os fatos tais como se apresentam, trabalhando em busca de considerações gerais que possam talvez corresponder às características do problema específico.

---

(19) — BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCION Y FOMENTO. **Instituto de Desarrollo Económico**. Extratos do discurso inaugural pronunciado em 9 de março de 1956 pelo Dr. A. K. Cairncross. Washington — D. C. p. 3 e 4.

## XVII — HUMANIZAÇÃO DA METODOLOGIA

Face ao crescente dinamismo da economia contemporânea, não desejamos admitir que os critérios atuais dirigidos à análise dos fenômenos nela desenvolvidos, permaneçam apegados aos modelos ortodoxos. Assim como as instituições econômicas evoluíram, os sistemas de pesquisa aperfeiçoaram-se e a questão metodológica acompanhou a ascensão.

O complexo mecanismo da vida econômica não nos permite submeter os fatos a teorias ou doutrinas já formuladas; inicialmente é preciso firmar em nosso íntimo a convicção de que os variados conjuntos humanos, diferenciados em função da influência geográfica, tecnológica e social, embora apresentem muitos pontos comuns, divergem suficientemente entre si, não facultando, portanto, ao pesquisador analisar as suas características à luz de teorias idênticas ou métodos análogos.

Desde que não são iguais os próprios agrupamentos humanos, objeto da nossa pesquisas, evidentemente não será lícito usarmos os mesmos processos de observação e análise para descrever ou interpretar as suas divergências de natureza econômica.

*Ipsa facto*, não nos inclinamos a aceitar assertivas generalizadas de uma teoria supostamente elucidativa de fatos considerados semelhantes no tempo e no espaço, quando meditamos sobre a conjunção dos fatores componentes de um fenômeno que especialmente nos interessa; as fórmulas universalistas em virtude da sua inelasticidade, não exprimem a realidade dinâmica de um fenômeno econômico.

Conseqüentemente, seremos compelido a adotar o que poderíamos denominar *observação reduzida*, concentrada a um caso único, tal qual revelado nos limites dos nossos sentidos, assumindo a pesquisa a forma de um "case Study"; jamais se poderá esquecer as ações desenvolvidas e as reações suportadas pelo elemento humano que é o núcleo do crescimento econômico, exigindo essa circunstância a aplicação intensiva da nossa energia científica à descoberta das leis que poderão esclarecer algum aspecto das mutações econômicas peculiares a cada caso estudado. Quer o economista investigue as causas de um

custo de vida ascendente, ou as razões de uma crise industrial, ou os precedentes de um deficit na balança de pagamentos, supõe-se a sua predisposição de penetrar no âmago de um problema estritamente humano; de outra maneira, as suas conclusões resultarão desprovidas de valor objetivo, inaptas a serem aproveitadas na elaboração de planos visando ao soerguimento das condições econômicas na própria sociedade.

Porquanto o aparecimento de um problema econômico implica numa desarticulação em maior ou menor grau dos elementos estruturais da sociedade, com rutura das relações que conduzem à obtenção dos meios necessários à sobrevivência dos seus membros, é essencial antes de tudo ponderar as qualidades intrínsecas dos seres que pensam, sentem e querem, guiando o raciocínio em observância às suas necessidades, afim de apreendermos a perspectiva global do problema e apresentar sugestões que tendam a anular os efeitos do desajustamento.

Será então, ao nosso ver, bastante producente a tarefa do economista, se êste seguir princípios e normas científicas que descortinem a transcendência do processo econômico em pleno funcionamento na vida associativa, tomando de um critério singular para analisar os fatores daquele fenômeno que invariavelmente evolve dentro da paisagem humanizada.

Recorra o economista à dedução ou à indução no propósito de descrever ou interpretar os desequilíbrios que ocorrem na estrutura econômica das sociedades, ou prefira as demonstrações estatísticas elucidando por números a marcha de um fenômeno, ou desempenhe a sua missão observando situações específicas para estabelecer um confronto entre as condições observadas e alguma teoria geral, êle terá de orientar as suas pesquisas sempre atendendo às finalidades básicas dos conjuntos sociológicos, no tocante à sofreguidão do homem para garantir a obtenção do pão cotidiano.

Afastando as teorias arbitrárias das suas cogitações científicas, o economista será naturalmente impelido a estudar as circunstâncias econômicas em si mesmas, asinalando segundo o caso, as soluções especiais propensas a desfazer tanto quanto possível as carências no corpo social. Após ter esquematizado uma interpretação coerente ao que pôde especificamente des-



crever no âmbito da observação isolada, em última análise fará sobressair os eventos normais ou anormais que se desenvolvem na sociedade econômica, facilitando a localização e ulterior eliminação dos seus pontos críticos em benefício do bem-estar coletivo.

Para chegar a conclusões menos tendenciosas ou inversamente mais consentâneas à vista da fenomenologia econômica, aconselhamos fixar em tôdas as nossas investigações científicas, a idéia de que estamos tentando encontrar soluções cuja finalidade é produzir efeitos confortantes no meio humano, obrigado-nos assim a escolher uma metodologia *sui generis*, isenta de artifícios impróprios ao estudo dos fenômenos da ciência econômica.

Aliás, testemunhamos nos dias atuais a preocupação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, através do seu Conselho Econômico e Social e dos seus órgãos especializados, em executar pesquisas no intuito de serem estudados da melhor maneira possível, os problemas relativos ao aumento da produtividade nos países subdesenvolvidos, no que toca às suas atividades econômicas.

Tendo por objeto essas investigações descobrir graves pontos críticos que deterioram a capacidade de produzir das regiões de economia incipiente, e erradicá-los afim de tornar a sua agricultura e indústria mais produtivas e indiretamente melhorar o padrão de vida das respectivas populações, compreendemos que aquelas pesquisas são impulsionadas por uma determinação precisa de criar condições favoráveis à prosperidade, aumento de rendas, benefícios enfim para os diversos povos que laboram exaustivamente para sobreviver ante a exiguidade dos meios disponíveis.

A organização e funcionamento de um programa de assistência técnica internacional sob responsabilidade da Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas, responde aos reclamos de ajuda, a qual deve em regime de economia mundial colaboracionista, fluir naturalmente dos países mais avançados onde a capitalização atingiu ao climax, para aquelas outras nações que ainda enfrentam a aguda escassez dos recursos da técnica moderna.

O critério de procurar obter um nível máximo de produ-

vidade está inspirado nos ditamos de bem-estar coletivo, em função das prementes necessidades que devem ser satisfeitas no seio das populações que mourejam em áreas econômicas pouco desenvolvidas.

Analisando detalhadamente a questão da cooperação internacional na política de desenvolvimento econômico da América Latina, a Secretaria Executiva da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) acentuou quanto à extrema importância da política de produtividade no programa global de desenvolvimento, expondo: — “Faz falta na América Latina uma política de produtividade que conte com recursos muito superiores aos que até agora se tem empregado. Porém a fim de que essa política cumpra eficazmente os seus objetivos, será indispensável uma análise prévia dos problemas de crescimento e das tendências que prevalecem em cada país, tem que se dar à assistência técnica uma orientação precisa, cuja orientação há de surgir de um programa referente a desenvolvimento econômico. Enquanto se considera a assistência técnica isoladamente não excedendo a pequenas dimensões, pode ocorrer que a sua estreita relação com o programa geral de desenvolvimento de um país não seja plenamente evidente; porém, quando ela ganha amplitude e produz efeitos perceptíveis sobre a taxa de aumento da produtividade, será necessário adaptá-la às exigências de uma política de desenvolvimento. Em outros termos, a política de produtividade é somente um aspecto, se bem que de extrema importância, da política de desenvolvimento”. (20)

Desde que existe por parte das Nações Unidas e dos seus órgãos competentes em assuntos econômicos, o propósito de coordenar os elementos essenciais à formação dos alicerces de uma sadia política de produtividade, circunscrita por uma política mais ampla, a política de desenvolvimento econômico, torna-se evidente que os seus misteres científicos são dirigidos por uma metodologia coerente com a sua persistente finalidade de criar a

---

(20) — SECRETARIA EJECUTIVA DE LA COMISSÓN PARA AMERICA LATINA. *La cooperacion internacional en la politica de desarrollo latinoamericana*. Naciones Unidas, Neuva York, 1954, p. 51.

todo instante circunstâncias mais propícias à vida humana no setor econômico.

A humanização da metodologia é pois uma realidade no âmbito científico das pesquisas econômica, é orientação que já venceu os limites das simples cogitações para entrar no domínio das aplicações intensivas, conforme provam as iniciativas da Organização das Nações Unidas através da sua Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de analisem minuciosamente a matéria de produtividade e da necessidade de assistência técnica entre as nações latino-americanas.

E' óbvio que os resultados de uma pesquisa executada no sentido de destacar o problema da produtividade de um país, isto é, se se poderá incrementá-la por um aproveitamento mais intensivo do capital ou da terra existentes, ou alternativamente pelo melhor aproveitamento da mão de obra disponível, refletirão em maiores rendimentos por habitante, eliminando progressivamente as carências que debilitam a população.

Há, portanto, uma motivação realista, caracteristicamente *humana* que governa a marcha dessas pesquisas, sempre inspiradas no desejo de mostrar a verdadeira posição do problema e sugerir meios tendentes a produzir benefícios econômicos à sociedade.

Imaginemos, agora, a *dedução*, a *indução*, as *elaborações estatísticas*, os *case studies*" etc. conciliados em suas eventuais discordâncias por um procedimento original, que despreendido de qualquer exclusivismo metodológico, apela para cada um daqueles métodos consagrados, segundo as contingências das observações específicas, nunca pretendendo impor a aplicação rigorosa de um determinado método quando seria mais producente a utilização de um outro separadamente ou dos demais conjungidos. Acreditamos que desapareceriam as cerradas disputas metodológicas sob a forma de antagonismos ferrenhos, que sustentando pontos de vista unilaterais nas ciências sociais, destroem gradativamente a própria integridade científica.

*Humanizar* a metodologia significa espiritualizá-la, fazê-la mais adaptável à verificação das leis que regem os fenômenos desenvolvidos no setor humano. Adotando êsse princípio, o economista poderá dominar com mais segurança e confiança o seu

problema, descrevendo e interpretando conscienciosamente as transformações reais da produção, da distribuição e do consumo da riqueza, percebendo com sua inteligência a atuação dos fatores econômicos em toda extensão e deixando-se sensibilizar pelos desequilíbrios estruturais que geram as aflitivas insuficiências por cuja eliminação dedica os seus esforços.

Uma *metodologia humanizada* poderia ser incentivada em sua aplicação, com proveito simultâneo para: a) o economista que concentraria seu labor no objeto fundamental da pesquisa, e b) o grupo pesquisado que poderia se beneficiar de uma iniciativa prática mais imediata.

Urge, pois, a perpetuação de uma consciência científica grandemente receptiva às realidades econômicas, que exercitando uma metodologia suave e apropriada, realize a união da razão ao sentimento para multiplicar consideravelmente os recursos da pesquisa. Desdobrar-se-ão as faculdades espirituais em sua incessante busca das verdades da natureza, cuja revelação se faz inelutável diante da constante evolução a que está submetido o ser humano. E o desenrolar dos fenômenos econômicos, suas causas, seu atual "status" e seus efeitos, serão apreendidos com mais clareza e precisão, resultando em soluções mais positivas para as anomalias observáveis. Indubitavelmente, o quadro econômico seria menos desafiador e mais prometedo, enchendo a todos de esperanças, se pudessemos compreender o delicado mecanismo desse importante aspecto da nossa vida, mediante um procedimento sedimentado em bases cientificamente construtivas.

#### BIBLIOGRAFIA

- WELLS, H. G. **História Universal**. 1º e 2º tomos. — Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944
- MAGALHÃES, BASÍLIO DE. **História do Comércio**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1943.
- UBALDI, PIETRO. **A grande síntese**. Tradução de Mario Corbioli. São Paulo, Edição da Lake, 1950.
- CRUZ, ESTEVÃO. **Compêndio de Filosofia**. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1940.

- GIDE, CARLOS. **Compêndio d'Economia Política**. Tradução de F. Con-  
treiras Rodrigues, Porto Alegre, Edição da Livraria do  
Globo, 1942.
- GIDE, CHARLES e RIST, CHARLES. **Historia de las. doutrinas econó-  
micas**. Tradução da 2ª edição francesa por Carlos M. Giullioni  
Fonrouge. Buenos Aires, Editorial De Palma, 1949.
- SREWART, W. A. **Annual Survey of Statistical Technique: Develop-  
ments in Sampling Theory**. *Econometrica*, vol. n. 1, n. 3, julho  
1933.
- GINI, CORRADO. **Curso de Estadística**. Tradução da edição italiana de  
1946-1947 por Jorge Stecher Navarra. Madrid, Editorial Labor  
S/A., 1953.
- HAAVELMO, TRYGVE. **The probability approach in econometrics**. Su-  
plemento de *Econometrica*, vol. 12, julho 1944, prefácio.
- COPELAND, MORIS A. **Statistics and Objective Economics**. *Journal of  
the American Statistical Association*, vol. 50, n. 271, Setembro  
1955.
- RIGGLEMAN, JOHN R. e FRISBEE, Ira N. **Business Statistics**. **New York**,  
Mc Graw-Hill Book Company Inc., 1951.
- ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **ECE Secretariat Reports on  
Business Indicators**. Press Release ref. ECE/GEN/302 de 30  
novembro 1955.
- ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA. **Economic Survey of  
Latin America. 1951-1952**. United Nations, Department of  
Economic Affairs, New York, 1954.
- TODD, LEWIS PAUL. **The Marshall Plan**. Economic Cooperation Ad-  
ministration. ECA — 9ª impressão Washington D. C.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCION Y FOMENTO. **Ins-  
tituto de Desarrollo Económico**. Extratos do discurso inaugural  
pronunciado em 9 de março de 1956 pelo dr. A K. Cairncross, Was-  
hington D. C.
- SECRETARIA EJECUTIVA DE LA COMISSION PARA AMERICA LA-  
TINA. **La cooperacion internacional en la politica de desarrollo  
latinoamericana**. Naciones Unidas, Nueva York, 1954.